

“ESTE CARRO
VENDE
COMO PÃO
QUENTE”

(De José Carlos Pinheiro Neto,
sobre a produção do Corsa)

“QUEBRA DA
ESTABILIDADE
NÃO PASSA
NO CONGRESSO”

(Do deputado Moreira Franco,
sobre a reforma administrativa)

“É PRECISO
LEVAR
A SÉRIO
ESTE ALERTA”

(Do serviço de emergência,
sobre o furacão Berta)

“QUERO
CONQUISTAR
OS PRINCIPAIS
TÍTULOS NA EUROPA”

(De Ronaldinho, centroavante
vendido ao Barcelona)

A Constituição e as reformas

Ives Gandra da Silva Martins



O GOVERNO TEM UM GRANDE
ESPAÇO DE MANOBRAS PARA ATUAR,
INDEPENDENTEMENTE DAS
REFORMAS ESTRUTURAIS

Discute-se, ultimamente, se o governo, para começar a governar, deve continuar, um ano após o lançamento dos projetos de reformas estruturais, a insistir na alteração da lei suprema; se as cinco propostas de alteração administrativa, tributária, previdenciária, administrativa e do Judiciário são essenciais para garantir o Plano Real; ou se o governo já poderia ter garantido o Plano Real com modificações, via leis complementar e ordinária, assim como por meio de uma auditoria da máquina administrativa, da imposição de austeridade às demais entidades administrativas e de programa mais célere de privatizações.

Afinal, quando o Plano Real foi lançado, a carga tributária era de 27% sobre o PIB e o “déficit” público estava zerado. Agora, o “déficit” volta a aumentar, o endividamento interno triplicou e a carga tributária já é excessiva, ou seja, 31% sobre o PIB.

Por outro lado, quanto mais se analisa o Plano Real, mais se verifica que é um plano, que continua resumido à âncora cambial, que, pela defasagem existente, gera recessão, proteção aos produtos estrangeiros no mercado interno e perda de competitividade dos produtos nacionais no mercado externo pela cumulatividade de carga tributária maior sobre os produtos nacionais, pelos juros, mais elevados que no mercado internacional — os quais apenas prejudicam a empresa brasileira —, e por uma inflação de 50% nos dois anos do plano de estabilização, que somente atingiu os produtos nacionais, visto que os produtos estrangeiros continuam valendo R\$ 1 equiparado a US\$ 1, que era sua cotação em 1º de julho de 1994.

Não havendo política industrial, agrícola, tributária, adminis-

trativa e social no País, a estabilidade monetária é a única meta executada e bem-sucedida do governo, muito embora todos já sintam que tal estabilidade está sendo obtida graças a reservas elevadas e onerosas, que estimulam a especulação financeira, o brutal endividamento interno, recessão e desemprego, que, apesar da retomada do crescimento econômico no mundo inteiro, não se consegue reverter.

Em síntese, o governo federal nada fez a não ser manter a moeda estável e prometer reformas estruturais, cuja filosofia é boa, mas cujos textos são ruins, pois implicam fantástico aumento do poder impositivo da União sobre a já sobrecarregada sociedade brasileira, ou seja, um aumento previsível do “Custo Brasil”.

Estou convencido de que o governo tem um grande campo de manobra no que diz respeito a sua própria atuação, independente das reformas estruturais.

No campo tributário, há leis

complementares que podem ser produzidas, desonerando a empresa nacional do “Custo Brasil”, tais como a eliminação da incidência do ICMS sobre a exportação de produtos semi-elaborados, excrescência do constituinte, colocada em face da sanha arrecadatória dos secretários da Fazenda, em 88.

É de se lembrar que, graças à Constituição de 88, os Estados tiveram acentuado aumento de poder impositivo, que desembocou no aumento da máquina administrativa e na diminuição de serviços públicos prestados à sociedade, hoje de qualidade muito inferior àquela anterior à nova Carta Magna.

Poderá o governo, também, reduzir a máquina administrativa, sem reforma constitucional, fazendo uma ampla auditoria e dispensando todos os servidores não concursados e não estáveis, ingressados, sem concurso, desde 88. Poderá, também, promover investigações quanto a processos de

admissão mascarados, viabilizadores do ingresso no serviço público de pessoas não concursadas, os quais são conformados apenas com um verniz de concurso destinado a efetivá-las sem os requisitos que hoje são exigidos constitucionalmente para sua validade.

Poderia o governo acelerar o processo de desestatização.

Não creio que os juros elevados, no nível em que estão, sejam mais necessários, na medida em que há investimentos estrangeiros e de risco, de porte. A longo prazo, o mercado brasileiro de 160 milhões de potenciais compradores somado ao da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai — países de estágio empresarial inferior ao do Brasil — estão atraindo o interesse de capitais externos, podendo o governo reduzir os juros sem risco de uma explosão do consumo, se paralelamente reduzir o “déficit” público mediante auditorias em suas contas e privatizações, com o que não geraria expansão monetária.

Estou, de mais em mais, convencido que o bom candidato Fernando Henrique, o bom ministro da Fazenda Fernando Henrique, o bom ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique está se tornando em mau presidente Fernando Henrique, por ter abdicado do exercício da autoridade e ter ficado na ilusão de reformas estruturais, sem se dedicar à realidade das reformas possíveis, do dia a dia. E se condicionar o sucesso de seu governo a reformas aleatórias e não ao exercício do dever de governar, talvez venha a enterrar as esperanças daqueles que nele votaram.

Ives Gandra da Silva Martins
é professor emérito da
Universidade Mackenzie